



Declaração de ONGs, Movimentos sociais, ativistas e cidadãos sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

- 28 outubro de 2010 -

Organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, ativistas e cidadãos estão muito preocupados com o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e o comércio de carbono em geral. Nos dias 26 e 27 de outubro de 2010, vários ONGs, movimentos sociais, ativistas e cidadãos se reuniram em Brasília para discutir o papel da sociedade civil em relação a estes supostos projetos de mitigação das alterações climáticas. Nesta oficina de dois dias, os participantes de várias regiões do Brasil e do Chile compartilharam suas experiências e discutiram os diversos impactos dos projetos de comércio de carbono, em especial o MDL.

O MDL tem promovido uma série de projetos prejudiciais, com pouco ou nenhuma participação da sociedade civil no processo, com metodologias cheio de falhas e, com falta de transparência no processo de aprovação dos projetos. ONGs, movimentos sociais, ativistas e cidadãos concluíram ao final da oficina de Brasília que o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na sua forma atual é inaceitável.

As principais conclusões deles podem ser resumidas da seguinte forma:

- Devem ser elaboradas políticas contundentes e abrangentes, além de regulamentos que visam reduzir as emissões em larga escala, para mitigar as alterações climáticas. Isto deve ser feito quanto antes, e não a promoção dos mecanismos do mercado de carbono como o MDL, que só transferem a poluição de um lugar para outro no planeta, deixam continuar poluindo a atmosfera, e agravam a injustiça climática. Uma grande quantidade de compensações pelo MDL conduz inevitavelmente a um aumento líquido das emissões globais que, ao final, enfraquece os objetivos de redução das emissões globais. Soluções para problema da mudança climática exigirão inevitavelmente uma mudança estrutural no atual modelo de produção e consumo.
- A grande maioria dos créditos de carbono emitidos no âmbito do MDL atual não representa reduções de emissões reais e não contribui para o desenvolvimento sustentável. Isto significa que uma grande quantidade de compensações do MDL conduz inevitavelmente a um aumento líquido das emissões globais que, ao final, enfraquece os objetivos de redução das emissões globais. Além disso, muitos projetos de MDL foram encontrados causarem graves danos ambientais e impactos sociais negativos.
- Projetos nocivos, que violam os direitos humanos o convenções internacionais devem ser excluídos imediatamente do MDL. Exemplos são as grandes centrais hidrelétricas, a incineração de resíduos, a recuperação de gás de aterro, projetos de centrais de geração de energia à base de carvão mineral e a monocultura em larga escala. Nenhum projeto nocivo deve ser capaz de gerar créditos de carbono.
- Uma reforma fundamental do próprio conceito do MDL, que atualmente se baseia no comércio de carbono e que justifica a continuada emissão de carbono é urgente e necessária. Constatamos também que a avaliação individual de cada projeto baseado na adicionalidade é inerentemente subjetiva e não correta.

- A incineração de resíduos e a recuperação de gás de aterros sanitários, incluindo a incineração em etapas (pirólise, gaseificação, plasma) devem ser excluídos imediatamente do MDL e todos os outros subsídios e incentivos públicos destinados a apoiar projetos deste tipo já existentes devem ser eliminados. Inclusive, estes projetos vão de contramão a iniciativas como as do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis que visam a coleta seletiva e a redução da produção de lixo em geral.
- As grandes centrais hidrelétricas se revelaram extremamente danosas para o meio ambiente e para o clima, além de prejudicar e expulsar as comunidades locais. Conforme pesquisas científicas, em países tropicais elas conseguem emitir grandes quantidades de metano, se transformando em grandes fontes de emissão de gases de efeito estufa, portanto, essas grandes centrais devem ser excluídas imediatamente do MDL.
- A definição de floresta, instituída pelos acordos de Marrakech, deve excluir as plantações de monoculturas de árvores, pois essas monoculturas têm efeitos prejudiciais sobre os recursos ambientais, como o solo, a biodiversidade, a água, bem como sobre as comunidades locais e sua permanência e sobrevivência no campo.
- Em relação a essa questão, o registro do projeto 2569 (“Reflorestamento como fonte renovável de suprimentos de madeira para uso industrial no Brasil”) da empresa Plantar S/A é inaceitável. O projeto não cumpre os requisitos em vários pontos, por exemplo levantando sérias dúvidas sobre a sua adicionalidade, e sobre o comportamento do DOE e proponentes do projeto no que diz respeito ao processo de consulta das partes interessadas. Os impactos ambientais e sociais sobre as comunidades locais são inaceitáveis por destruir os recursos necessários para a sobrevivência dessas comunidades. O registro e emissão de créditos de carbono deste tipo de projeto nocivo deve parar imediatamente.
- As emissões resultantes da mudança do uso do solo e outras devem ser consideradas ao avaliar o suposta capacidade de redução das emissões de projetos de agrocombustíveis.
- Embora o processo de consulta das partes interessadas é um requisito fundamental no ciclo do processo de MDL, existem obstáculos substanciais à participação da sociedade civil. Medidas como o prolongamento do período de participação pública, a inclusão da possibilidade de comentar a fase de acompanhamento, a adição de alguns requisitos para disponibilizar cópias traduzidas para as comunidades locais antes das consultas, a inclusão de sanções para os DEO que não tomam em conta as observações das comunidades locais e uma lista de endereços para notificar a sociedade civil sobre o período de comentários poderiam aumentar a transparência e ampliar a participação da sociedade civil no processo.
- A posição do governo brasileiro desde Copenhague é bem-vinda no sentido de que um compromisso voluntário de reduzir as emissões foi feito. Ao mesmo tempo, questionamos sua política de maior aceitação do comércio de carbono, por exemplo em relação a projetos REDD, e ao mesmo tempo as propostas realizadas para reduzir as emissões no país, por exemplo a promoção de monoculturas de árvores e agrocombustíveis em larga escala, e a promoção de mais hidrelétricas com grandes impactos negativos, inclusive para o clima. Além disso, a proposta para atingir esta redução não é satisfatória, como a dupla contabilização de créditos de carbono, tal como proposta pelo governo brasileiro. Significa que os países onde os créditos de carbono são gerados, bem como os países compradores, seriam capazes de calcular os créditos de carbono para as suas metas de emissão. Isso enfraqueceria ainda mais o MDL e os outros mecanismos futuros e levará a um aumento líquido ainda maior das emissões globais.

Criação de uma plataforma de monitoramento do MDL e do comércio de carbono em geral

Por fim, os participantes afirmaram que é essencial acompanhar os projetos de MDL e do comércio de carbono em geral no Brasil desde o início, a fim de responder às preocupações com antecedência. Assim foi concordado estabelecer uma plataforma de monitoramento do mercado de carbono incluindo o MDL no Brasil.

Em estreita colaboração com os/as impactados em todo o Brasil dos projetos de carbono, esta plataforma deverá:

- Alertar a sociedade civil sobre os novos projetos de carbono e o comércio de carbono em geral, incluindo oportunidades para apresentação de comentários aos projectos, novas metodologias e contribuição geral para o desenvolvimento de políticas
- Coordenar as atividades da sociedade civil com relação ao Mercado Carbono
- Partilhar informações e experiências e fortalecer lutas de resistência entre as organizações participantes da plataforma no Brasil, bem como organizações de outros países de acolhimento de MDL;

O objectivo final da plataforma deverá ser de formar um contrapeso contra os interesses económicos, representados principalmente pelo setor privado, em especial as empresas transnacionais, e pelo governo brasileiro. A fim de evitar que a integridade ambiental seja negociada para interesses económicos. Participação a esta plataforma, não constitui que as organizações participantes aprovam nem do MDL, nem dos mercado de carbono em geral.

CDM-Watch irá assumir o papel de centro global para a parte de MDL desta rede informal, a fim de facilitar a retransmissão de informações entre e através de centros de informação...